

Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no Encontro da Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT)

Brasília, 19 de abril de 2012

É com grande satisfação que estou aqui hoje, como Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, nesse momento em que o Brasil sedia a Conferência da Parceria do Governo Aberto e fortalece sua participação na iniciativa Global para a Transparência Fiscal.

Desde a redemocratização, o Brasil tem avançado muito no aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e controle dos gastos públicos, o que aprimora a qualidade e a implementação de políticas públicas e fiscais em nosso país.

Esse avanço foi captado pelo Índice de Transparência de Orçamento Aberto, criado pelo IBP - International Budget Partnership, um dos comissários da GIFT, que avalia o grau de transparência orçamentária em mais de 80 países.

Nesse índice, o Brasil está entre os 10 países com maior transparência fiscal.

Isso significa que o Brasil oferece a seus cidadãos informações substanciais em quantidade e qualidade sobre seu orçamento.

Além disso, essas informações se tornam públicas de forma concomitante ao envio ao Legislativo e previamente à sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Grande parte dessa boa posição de nosso país se deve aos instrumentos institucionalizados por meio dos quais o Orçamento Federal se realiza: o PPA, a LDO e a LOA.

O Plano Plurianual, o PPA, principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, estabelece os parâmetros para a alocação dos recursos no orçamento de cada ano, de forma a garantir a realização das metas e objetivos constantes no Plano Plurianual.

E, por fim, a Lei Orçamentária Anual, a LOA, discrimina a origem e estima as receitas a serem obtidas; e fixa a natureza e o montante das despesas para o período de um ano.

A Lei Orçamentária permite a visualização de todo o planejamento do Executivo Federal ao demonstrar em que, para que e por qual órgão, o governo efetuará dispêndios.

Além desses instrumentos, publicamos mensalmente na Internet, as estatísticas fiscais, que demonstram os agregados de despesa por órgão, natureza e categoria econômica; além do resultado primário mensal, dentre outras informações.

Mensalmente também publicamos os relatórios de execução orçamentária e da dívida pública federal, ambos importantes instrumentos de transparência orçamentária.

E para verificar se estamos executando de acordo com nossas receitas, publicamos, a cada dois meses, o relatório de receitas e despesas, instrumento fundamental de monitoramento de uma execução orçamentária equilibrada, conforme determina nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro ponto forte, que eu gostaria de destacar, é a produção e a disseminação de informações fiscais.

O Governo Brasileiro conta com grandes sistemas voltados para o controle de dados orçamentários, a administração financeira e o gerenciamento do Plano Plurianual.

Esses sistemas são alicerces importantes para o controle e a fiscalização mais eficiente das contas públicas.

Além disso, temos desenvolvido importantes iniciativas para tornar mais acessíveis as informações fiscais aos brasileiros.

Entre essas iniciativas destacam-se o Orçamento Federal ao Alcance de Todos, documento que visa tornar mais acessível as informações sobre o Orçamento Federal, que é disponibilizado na Internet e enviado a entidades da sociedade civil e escolas.

Com o mesmo objetivo, é produzida revista em quadrinhos, que apresenta o orçamento público no dia a dia de uma família, tornando acessível a linguagem orçamentária para crianças.

Na mesma direção temos programa de rádio, que explica de maneira simples o orçamento público, sua importância e detalhes que são de interesse da sociedade.

Gostaria de reiterar a fala da nossa Presidenta Dilma Rousseff, de que a Lei de Acesso às Informações Públicas, recentemente aprovada, é um outro passo que consideramos histórico e estruturante para garantir a transparência em nosso país, pois, com ela, todos os brasileiros poderão consultar documentos e informações produzidos pela administração pública.

Essa lei vale para os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário, e para todos os entes federados, estados e municípios. Ela alcança também todas as entidades sem fins lucrativos, que recebam recursos públicos.

Há muitas outras ações em curso, que certamente poderemos compartilhar no âmbito do GIFT, como o portal de dados abertos, que disponibilizaremos em sua versão final brevemente.

Esse portal será o ambiente oficial para difusão e centralização da política de dados abertos do governo brasileiro.

Todas essas iniciativas demonstram o esforço brasileiro na implementação de medidas que caminham na direção de uma gestão cada vez mais qualificada do Poder Público em um regime democrático cada vez mais forte, justo e irreversivelmente mais participativo.

Esse o resultado positivo no Brasil até aqui não nos leva à acomodação, pois ainda há grande espaço para aperfeiçoamentos, principalmente na simplificação das informações disponibilizadas aos cidadãos e estamos trabalhando muito para isso.

Temos muito a aprender e muito a contribuir em nosso engajamento convicto e entusiasmado, desde a primeira hora, à Iniciativa Global para a Transparência Fiscal.

Acredito que esses dois dias de trabalho serão muito importantes para aprofundar nossa reflexão e intercâmbio.

Bom trabalho a cada um de vocês.

Muito Obrigada